



HOSPITAL DE CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Avenida Pará, nº 1720 - Bairro Umuarama
Uberlândia-MG, CEP 38405-320
- <http://hc-ufu.hubrasil.gov.br>

Termo de Referência - TI - SEI

TERMO DE REFERÊNCIA - PREGÃO TRADICIONAL DE TIC

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TIC (SEM MÃO DE OBRA EXCLUSIVA)

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (INCISO I, ARTIGO 12, IN 94/2022 - SGD/ME)

1.1. Este Termo de Referência tem por objeto a **contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso, implantação, suporte técnico e manutenção de software do tipo médico especializado para planejamento radioterápico dedicado a Radioterapia como ferramenta de contorno automático de estruturas anatômicas nas imagens tomográficas e ressonâncias utilizadas no planejamento do tratamento radioterápico do paciente oncológico**, CATSER 27456, no modelo de licenciamento subscrição, na modalidade licenciamento anual, com **vigência de 12 (doze) meses**, incluindo treinamentos, suporte técnico e atualizações no período contratado, a fim de atender as necessidades do Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia, pertencente à rede da HC-UFU/HU Brasil, conforme especificações e demais condições estabelecidas neste instrumento.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO DA SOLUÇÃO (INCISO IV, ARTIGO 12 C/C ART 15, IN 94/2022 - SGD/ME)

2.1. A HU Brasil foi criada por meio da Lei n. 12.550, de 15 de dezembro de 2011, como uma empresa pública vinculada ao Ministério da Educação - MEC. Tem como finalidade prestar serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como prestar serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão às instituições públicas federais de ensino e instituições congêneres, contribuindo para a formação de profissionais no campo da saúde pública.

2.2. A HU Brasil é uma empresa estatal 100% dependente da União e cumpre o seu dever de prestar serviços de assistência à saúde de forma integral, estando exclusivamente inserida no âmbito do Sistema Único de Saúde.

2.3. A HU Brasil é responsável pela gestão da maior rede de hospitais públicos do Brasil. Suas atividades unem dois dos maiores desafios do país, educação e saúde, melhorando a qualidade de vida de milhões de brasileiros. Sua rede de atuação inclui a Administração Central da empresa e 41 Hospitais Universitários Federais (HUFs), apoiando e impulsionando suas atividades por meio de uma gestão de excelência.

2.4. Os hospitais da Rede HU Brasil exercem a função de centros de referência de média e alta complexidade para o Sistema Único de Saúde - SUS e um papel de destaque para a sociedade. Como hospitais vinculados a universidades federais, essas unidades têm características específicas: além de, primordialmente, atender por meio do SUS, também apoiam na formação de profissionais e no desenvolvimento de pesquisas na área da saúde.

2.5. O HC-UFU/HU Brasil é vinculado à Universidade Federal de Uberlândia e está inserido na rede de hospitais cuja gestão é realizada pela HU Brasil. Atua para prestar assistência médica de média e alta complexidade aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) do município de Uberlândia e região, observando sua contratualização de serviços junto aos gestores de saúde.

2.6. Este processo trata de eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso, implantação, suporte técnico e manutenção de software dedicado a Radioterapia como ferramenta de contorno automático de estruturas anatômicas nas imagens tomográficas e ressonâncias utilizadas no planejamento do tratamento radioterápico do paciente oncológico, indispensáveis à manutenção e prestação de assistência aos pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS, no âmbito do Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia (HC-UFU/HU Brasil), visando manter o pleno funcionamento das atividades organizacionais e cumprir com a missão de promover, de forma integrada, o ensino, a pesquisa, a extensão e a assistência aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS. O dimensionamento da solução foi realizado em função da capacidade do software de atender à quantidade de contornos de estruturas anatômicas nas imagens tomográficas e ressonâncias realizadas, seguindo o quantitativo médio de 1.600 (mil e seiscentos) pacientes por ano, já considerando margem adicional.

2.7. Esta contratação ocupa um papel de destaque dentro do complexo sistema de compras do HC-UFU/HU Brasil, uma vez que são serviços imprescindíveis para:

- a) Contornar automaticamente estruturas anatômicas saudáveis adjacentes aos alvos de tratamento nas imagens de Tomografia, Ressonância Magnética e PET-CT, através de modelos de Inteligência Artificial de aprendizagem profunda. O delineamento dessas estruturas corresponde a uma das etapas do tratamento de radioterapia, que atualmente vem sendo realizada manualmente, impactando diretamente na otimização do corpo clínico e na uniformização do processo de delineamento dessas estruturas.
- b) Elimina variações de delineamentos dependentes do usuário, resultando em contornos mais consistentes e padronizados entre diferentes especialistas.
- c) Redução no tempo de execução da etapa de delineamento, pois esse processo passará por uma automatização computacional, impactando diretamente no tempo total do fluxo radioterápico;
- d) Verificação e documentação de planejamentos de radioterapia, uma vez que este software é compatível com os sistemas de planejamento existentes no serviço.

2.8. Ainda, informa-se que na descrição do objeto foram tomadas as cautelas necessárias para assegurar que as especificações correspondam àquelas essenciais para a contratação, evitando detalhes considerados supérfluos ou desnecessários, que possam limitar a competição indevidamente.

2.9. Em consonância com o art. 6º da IN 94/2022, esta contratação encontra-se prevista no PDTI, assim como detém as seguintes ações previstas no PDTIC, conforme abaixo demonstrado:

ALINHAMENTO AO PDTI

NE25 - Contratar software que complementa os

softwares do HC-UFU/HU Brasil.
AÇÕES DO PDTIC
A58. Contratação de softwares que não concorram com o AGHU e complementem a necessidade do hospital.

- 2.10. Ademais, espera-se os seguintes benefícios e resultados da contratação pretendida:
- 2.11. No aspecto de economicidade espera-se obter os seguintes resultados dessa contratação:
- a) Maior produtividade, resultante do aumento do número de delineamentos executados em comparação com a entrega do trabalho realizado pelos dosimetristas;
 - b) Menor tempo de profissionais envolvidos no processo de delineamento das estruturas anatômicas;
- 2.12. No aspecto de aproveitamento dos recursos humanos espera-se obter os seguintes resultados dessa contratação:
- a) Redução do trabalho manual;
 - b) Execução de contornos mais consistentes e padronizados entre diferentes especialistas, reduzindo a variabilidade nos delineamentos;
 - c) Redirecionamento do pessoal técnico especializado para outras atividades de sua competência;
- 2.13. No aspecto de aproveitamento dos recursos materiais e financeiros espera-se obter os seguintes resultados dessa contratação:
- a) Aproveitamento da estrutura física e material existente;
 - b) Liberação de estações de trabalho para outras atividades do processo de planejamento radioterápico;
- 2.14. Desta forma, resta demonstrado que a presente contratação encontra-se alinhada com o art. 9, inciso X, da IN 58/2022.
- 2.15. A presente aquisição encontra amparo legal no Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0, na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e na Instrução Normativa SGD/ME n.º 94, de 23 de dezembro de 2022.

3. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC (INCISO II E III, ARTIGO 12 C/C ART 14, IN 94/2022 - SGD/ME)**

3.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência a contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso, implantação, suporte técnico e manutenção de software dedicado a Radioterapia como ferramenta de contorno automático de estruturas anatômicas nas imagens tomográficas e ressonâncias utilizadas no planejamento do tratamento radioterápico do paciente oncológico para atender o Hospital de Clínicas de Uberlândia - Filial da HU Brasil (HC-UFU/HU Brasil), conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento e em seus anexos.

3.2. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela abaixo:

Item	Descrição/Especificação	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade Anual	Participação
1	Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso, implantação, suporte técnico e manutenção de software dedicado a Radioterapia como ferramenta de contorno automático de estruturas anatômicas nas imagens tomográficas e ressonâncias utilizadas no planejamento do tratamento radioterápico do paciente oncológico - Licença Anual	27456	Licenças	02	Ampla Concorrência

3.3. O gráfico 1, ilustra o número de pacientes por aceleradores lineares e o número total de paciente por ano:

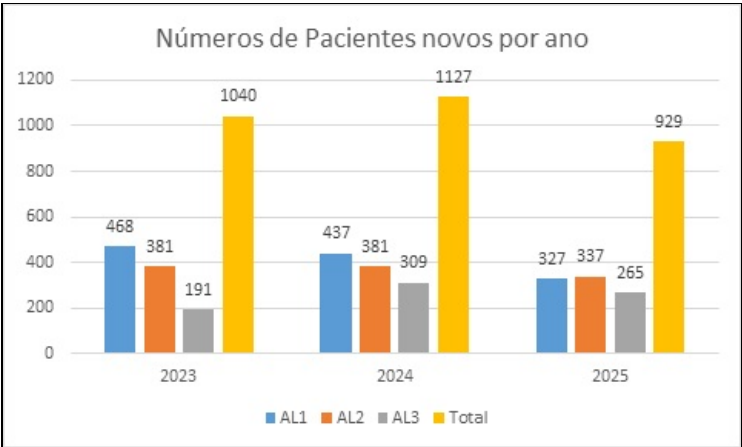


Gráfico 1

- 3.4. Observa-se, no Gráfico 1, que, no ano de 2025, houve redução no número total de pacientes em comparação aos anos anteriores. Tal fato decorreu do desligamento de dois médicos do quadro de profissionais do hospital, o que resultou na diminuição dos atendimentos a pacientes novos e, consequentemente, na redução das indicações para tratamento de radioterapia.
- 3.5. Considerando que, no ano de 2026, está prevista a contratação de, no mínimo, dois novos médicos para suprir a demanda de atendimentos, projeta-se um quantitativo aproximado de 1.600 pacientes novos para utilização do Software de Delineamento, objeto da presente licitação.
- 3.6. A memória de cálculo dos quantitativos estimados deve levar em consideração de acordo com a Portaria SGD/MGI nº 5.950, de 26 de outubro de 2023:

- b) tipos de usuários;
- c) tipos de serviços;
- d) histórico de chamados;
- e) análise de contratos anteriores; e
- f) informações relacionadas ao padrão esperado de atividades do órgão ou entidade.

3.7. A memória de cálculo dos quantitativos estimados foi elaborada com base nos seguintes critérios: a quantidade de licenças de instalação e/ou de utilização e o número de novos pacientes a serem atendidos.

3.8. A descrição dos itens presentes nesta contratação foi realizada juntamente com o Setor de Cuidados Especializados (STESP) e o Setor de Tecnologia da Informação e Saúde Digital (SETISD) considerando as instalações existentes e suas especificidades no dimensionamento das quantidades e modalidade da entrega do software.

3.9. A memória de cálculo dos quantitativos estimados foram obtidos pelas seguintes razões: quantidade de licença de instalação e/ou utilização.

3.10. Havendo divergência entre o descritivo do Termo de Referência e o descritivo do CATSER, **prevalece o descritivo apresentado neste Termo de Referência.**

3.11. **Modalidade de Remuneração**

3.11.1. A modalidade de remuneração a ser aplicada será a de subscrição (licenciamento anual) da solução, havendo o pagamento pelo direito de uso do software pelo período de tempo contratado.

3.11.2. Serão adquiridas 02 (duas) licenças de subscrição, sem limite de usuários. O quantitativo de licenças corresponde à quantidade de aceleradores lineares (LINACs), parâmetro utilizado pelos fornecedores para quantificação de licenças. A definição e gestão dos indicadores de níveis de serviço seguirão o modelo de verificação da portaria SGD/MGI nº 5, de 2023, incluindo a definição de penalidades e aplicação de glosas.

3.11.3. O dimensionamento foi realizado em função da quantidade de contornos automáticos de estruturas anatômicas nas imagens tomográficas e ressonâncias realizadas, seguindo o quantitativo médio de 1.600 (mil e seiscentos) pacientes que tratam anualmente em 02 (dois) aceleradores lineares, já considerando margem adicional. As licenças serão instaladas em 01 (uma) estação de trabalho e que ficará disponível para utilização dos técnicos de radioterapia, físicos médicos e médicos radioterapeutas da unidade de oncologia do HC-UFU/HU Brasil, sem limite de acessos, respeitando o total de 44 usuários.

3.11.4. No estudo foram observadas propostas de pagamento no formato único no ato a disponibilização da licença e propostas de pagamento mensal. O pagamento será feito sobre as subscrições efetivamente disponibilizadas e o cálculo seguirá a portaria SGD/MGI nº 5, de 2023.

3.11.5. A entrega será validada de modo a garantir a conformidade das características das subscrições contratadas com aquelas especificadas neste documento.

3.11.6. Identificação do produto, tipo ou modelo de licenciamento e vigência das licenças;

3.11.7. Quantitativo de licenças efetivamente em uso para eventual readequação da quantidade demandada.

3.11.8. Manutenção das condições estabelecidas na licitação;

3.11.9. Monitoramento da manutenção das condições para assinatura do contrato;

3.12. **Parcelamento da Solução**

3.12.1. Por se tratar de um único item não há o que se falar em parcelamento da solução.

3.13. **Da Classificação dos Serviços Comuns**

3.13.1. Os itens descritos neste Termo de Referência são classificados como serviços comuns em atendimento ao disposto no inciso IV do art. 32 da Lei 13.303/16, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência e no Edital da licitação, por meio de especificações usuais de mercado.

3.14. **Participação de ME/EPP**

3.14.1. Conforme disposto no art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123 de 2006, não será dado tratamento diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte, pois a contratação em questão refere-se a um software altamente especializado e regulado, com alto grau de especialização técnica e clínica que realiza procedimento avançado de imagens médicas para identificar com precisão órgãos e estruturas anatômicas que serão irradiadas ou poupadas durante o tratamento. Este tipo de aplicação exige tecnologia de ponta e integração segura com sistemas hospitalares como PACS, RIS, TPS, inclusive com o Sistema de Telemedicina e Telessaúde - STT.

3.14.2. A utilização segura e eficaz da ferramenta impacta diretamente o prognóstico do paciente oncológico, sendo essencial garantir que o software:

3.14.2.1. Produza resultados com acurácia compatível com padrões clínicos internacionais;

3.14.2.2. Seja **regularmente atualizado** conforme diretrizes científicas e regulatórias;

3.14.2.3. Conte com **suporte técnico qualificado e responsivo.**

3.14.3. Soluções dessa natureza frequentemente são fornecidas por **fabricantes internacionais** ou **representantes autorizados e exclusivos**, não havendo **mercado aberto ou concorrência ampla** entre pequenos fornecedores. Assim, **não é possível aplicar reserva de cota, exclusividade ou preferência a ME/EPP**, sob risco de inviabilizar o atendimento da necessidade da Administração, resguardando a segurança do usuário do SUS.

3.14.4. Dessa forma, a EPC entende que, para resguardar a qualidade técnica, a segurança do paciente oncológico e o interesse público, não é recomendável aplicar o tratamento favorecido e simplificado previsto nos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006 às microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez que tais empresas, em regra, não possuem a capacidade técnica e operacional mínima exigida para atender de forma eficiente e segura ao objeto contratual, ressalta-se ainda que a decisão encontra respaldo no inciso III do art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006, que permite a não aplicação do tratamento diferenciado quando este não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado:

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

3.15. **Execução Indireta**

3.15.1. No caso concreto não se aplica os dispositivos do Decreto n. 9.507/18 que trata da execução indireta mediante contratação de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União, uma vez que a prestação de serviços objeto da contratação não demanda a utilização de profissionais com atribuições inerentes às dos cargos integrantes do Plano de Cargos e Salários da HU Brasil.

3.16. **Vistoria para a Licitação**

3.16.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, a licitante **PODERÁ** realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8h00min às 11h30min e 13h30min às 16h00min, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (34) 3218-2021 com o Setor de Tecnologia da Informação e Saúde Digital do HC-UFU/HU Brasil.

3.16.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

3.16.3. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação.

3.16.4. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

3.16.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

3.16.6. Os modelos de declaração de realização de vistoria ou declaração de opção de dispensa de vistoria estão demonstrados nos Anexos **56802927** e **56802981**, respectivamente.

3.17. **Materiais a serem Disponibilizados**

3.17.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada não precisará disponibilizar materiais.

3.18. **Informações Relevantes para o Dimensionamento da Proposta**

3.18.1. Nos preços cotados deverão ser incluídos todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, incidentes, taxas de administração, materiais, serviços, encargos fiscais e trabalhistas, embalagem, seguro, lucro, transporte (carga e descarga), a **confeção dos crachás de identificação para todos os colaboradores alocados na execução do contrato**, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto, bem como o do envio das documentações referentes à habilitação da proposta.

3.18.2. Será dispensada a elaboração de Planilha de Custos, pois o serviço prestado pode ser avaliado tecnicamente de forma objetiva na formação do mapa de preços. Ademais, os fornecedores, em razão do item anterior do Termo de Referência, devem elaborar a proposta contemplando todos os custos relacionados à prestação de serviços.

3.19. **Transição Contratual**

3.19.1. Em relação a transição contratual, a prestação do serviço em questão não enseja a necessidade de a Contratada promover transição contratual. Entretanto, será necessária a interação entre a empresa Contratada e o órgão Contratante, durante o período de execução do contrato, para fins de acompanhamento/fiscalização dos serviços e entregas do serviço licitado.

4. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO - (INCISO V, ARTIGO 12 C/C ARTIGO 16, IN 94/2022 - SGD/ME)**

4.1. Em consonância com a legislação e normas que regulamentam a contratação e visando ao aumento da qualidade dos resultados do serviço e da produtividade atualmente praticada, racionalização e eficácia da gestão e fiscalização contratual, a CONTRATADA deverá se basear no presente estudo. Nesse sentido, a presente seção visa descrever os requisitos que conduzirão as análises de soluções e definição daquela considerada mais adequada a tais objetivos organizacionais, conforme relação a seguir:

4.2. **Requisitos de Negócio**

4.2.1. A contratação das licenças anuais corporativas do software de seguimentação automática de estruturas anatômicas na imagem tomográfica e ressonância magnética dedicado a radioterapia ocupa papel de destaque dentro do complexo sistema de compras do HC-UFU/HU Brasil, uma vez que a ferramenta de contorno automático é essencial às equipes técnicas da oncologia, contando com instrumentos e tecnologia capazes de sustentar as atividades de delineamento automatizado de estruturas anatômicas (órgãos em risco e alvos de tratamento), fundamentais nas etapas do fluxo de tratamento do paciente oncológico.

4.2.2. Deverá ser elaborado um plano de implantação detalhando as ações necessárias, os responsáveis envolvidos, o cronograma, o impacto previsto, plano testes, as informações de configuração e compatibilidade com sistema operacional e o risco associado as atividades,

observando as boas práticas de mercado;

4.2.3. O plano de implantação deverá ser elaborado pela CONTRATANTE em **até 25 (vinte e cinco) dias úteis** após abertura da Ordem de Serviço, com base em documento elaborado pela equipe técnica e aprovado pela equipe de fiscalização do contrato;

4.3. **Requisitos Tecnológicos**

4.3.1. Para atendimento aos requisitos tecnológicos, deverão ser observados os requisitos legais (item 4.9, letras "f", "h", "i" e "j"), o modelo de execução do objeto (item 9.1) e o tratamento de dados pessoais da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (item 22).

4.3.2. O sistema deverá apresentar as seguintes funcionalidades específicas e necessárias para atendimento às necessidades tecnológicas:

- a) Compatibilidade com o Sistema operacional Microsoft Windows 10 ou superior, multiusuário. O requisito justifica-se para manter a compatibilidade com os sistemas operacionais em que irão ser instalados o novo sistema, pois todos usam essa mesma versão.
- b) As configurações mínimas dos computadores em que serão instalados: 4GB de memória RAM, processador core i5 de 6ª geração, 250 GB de armazenamento (HD): O requisito justifica-se para manter o correto funcionamento com equipamentos existentes de menor desempenho, evitando qualquer problema de lentidão.
- c) O Gerenciamento de acessos deverá conter autenticação multifator ou outra alternativa que aumente o grau de segurança no processo de autenticação de seus usuários;
- d) A solução deverá garantir a anonimização das imagens de modo a não permitir associação direta ou indireta ao paciente, onde todos os dados pessoais e metadados identificáveis sejam removidos antes do envio das imagens para processamento, sendo as imagens excluídas do armazenamento em nuvem ao término da operação;
- e) A solução deverá conter funcionalidade que permita gerar e disponibilizar cópias de segurança das informações geradas, em formato não proprietário, que permita portabilidade para outras aplicações, sem custo adicional.

4.4. **Requisitos de Capacitação**

4.4.1. Deverá ser fornecido pela contratada um treinamento para a utilização do software dedicado a Radioterapia como ferramenta de contorno automático de estruturas anatômicas nas imagens tomográficas e ressonâncias para os funcionários da Unidade de Oncologia, dentre os quais ocupam as funções de técnicos de radioterapia, físicos médicos e médicos radiooncologistas, totalizando 44 profissionais.

4.4.2. O treinamento poderá ser realizado via web ou, presencialmente, na própria Unidade de Oncologia.

4.4.3. A contratada fornecerá certificado de participação para os funcionários.

4.4.4. Deverá ser fornecido pela contratada todo o material audiovisual, didático e eletrônico para a realização dos treinamentos, além de impressos e quaisquer outras despesas diretas ou indiretas.

4.4.5. O(s) profissional(is) responsável(is) por ministrar o treinamento deverá(ão) ter conhecimento comprovado nos recursos oferecidos pelo software. A comprovação pode ser realizada através da apresentação de currículos, certificados ou declarações do fabricante.

4.4.6. O treinamento deverá abordar, no mínimo, os seguintes tópicos:

- I - Principais características do software fornecido.
- II - Monitoramento e identificação de falhas de funcionamento.
- III - Melhores práticas para uso e manutenção.

4.4.7. Todas as despesas com transporte e alimentação do(s) profissional(is) além do material didático são a cargo da contratada.

4.4.8. O treinamento, online e/ou presencial, deverá ser realizado no HC-UFU/HU Brasil até o prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis após a entrega definitiva do software.

4.4.9. No caso de o treinamento ser online, a CONTRATADA deverá realizar a gravação e a disponibilização do treinamento, caso a equipe perceba que o treinamento não transmitiu o conhecimento necessário será solicitado novo treinamento, sem custos adicionais.

4.5. **Requisitos Legais**

4.6. A solução deve estar aderente à:

- a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 – estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias;
- c) Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0;
- d) Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
- e) Norma Operacional - SEI nº 3/2024/SCCEN/CAD/DAI-EBSERH, dispõe sobre a Norma Operacional de Pesquisa de Preços da Rede HU Brasil;
- f) Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022. Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC.
- g) Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- h) IN. 94/2022 SGD/ME e posteriores alterações (Contratação de Soluções de TIC);
- i) IN. 58/2022 SEGES, de 8 de agosto de 2022 (Dispõe sobre a elaboração dos ETP para aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional);
- j) Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei geral de proteção de Dados Pessoais (LGPD);
- k) Lei 12.732, de 22 de novembro de 2012.
- l) Portaria SGD/MGI nº 5.950, de 26 de outubro de 2023. (Estabelece modelo de contratação de software e de serviços de computação em nuvem, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.)

4.7. **Requisitos de Garantia e Manutenção**

4.8. A CONTRATADA deverá prestar suporte técnico para todos os usuários, solucionando problemas e dúvidas quanto ao *download*, instalação e licenciamento do software nas máquinas em que for utilizado.

4.9. O suporte deverá ocorrer de acordo com a tabela:

Nível de Criticidade	Descrição da Ocorrência	Tempo de Resposta	Tempo de Solução (SLA)	Canal de Atendimento
Crítico (Nível 1)	Indisponibilidade total do sistema ou falha que impacta toda a operação.	Até 1 hora útil	Até 4 horas úteis	Telefone e técnico in loco
Alto (Nível 2)	Falha que afeta funções principais, mas o sistema continua parcialmente ativo.	Até 2 horas úteis	Até 8 horas úteis	Telefone e acesso remoto
Moderado (Nível 3)	Problema que afeta funcionalidade secundária, com impacto limitado.	Até 4 horas úteis	Até 16 horas úteis	Help desk / acesso remoto
Baixo (Nível 4)	Problemas estéticos ou solicitações sem impacto funcional direto.	Até 8 horas úteis	Até 5 dias úteis	Chamado por sistema ou e-mail
Preventivo	Não se trata de erro; são mudanças ou evoluções no sistema.	Até 24 horas úteis	Conforme cronograma acordado	E-mail / aviso formal

4.10. O suporte técnico do software fornecido poderá ser remoto, através de telefone e outros recursos de comunicação disponíveis para resolução de problemas, esclarecimento de dúvidas e orientação com relação ao software e deverá ser feito em idioma português brasileiro.

4.11. Eventuais substituições das licenças serão realizadas sem nenhum ônus para o CONTRATANTE. A CONTRATADA deverá substituir definitivamente o objeto por outro idêntico ou superior ao original, sem ônus para a HC-UFU/HU Brasil, caso os vícios constatados não sejam sanados no período de **até 10 (dez) dias corridos** contados da abertura do chamado de assistência técnica.

4.12. Aqueles atendimentos efetuados pela CONTRATADA que porventura caracterizarem problemas intermitentes, sem causa aparente identificada no atendimento, ou aqueles escalonados indevidamente à CONTRATADA, deverão ser justificados e comunicados com a devida prioridade ao HC-UFU/HU Brasil.

4.13. **Prova de Conceito (PoC)**

4.14. A primeira colocada na fase de lances será convocada a realizar Prova de Conceito (PoC), no prazo máximo de até **15 (quinze) dias úteis**, a contar da suspensão da sessão pública do certame, para avaliar a compatibilidade do sistema e serviços oferecidos com as especificações/funcionalidades e os requisitos obrigatórios e desejáveis, que serão avaliados na PoC, informados na tabela abaixo:

Requisitos do Software para Radioterapia	Obrigatório/Desejável
Demonstrar compatibilidade do software com os requisitos mínimos de hardware: 1- Computadores com, no mínimo: 4GB de memória RAM, processador core i5 de 6ª geração, 250 GB de armazenamento.	Obrigatório
Demonstrar compatibilidade do software com os requisitos mínimos de software: 1- SO Microsoft Windows 10, ou superior, multiusuário, se aplicativo desktop, no todo ou em parte; 2- Principais navegadores web do mercado, por exemplo: Google Chrome, Microsoft Edge e Mozilla Firefox, se aplicação web, no todo ou em parte.	Obrigatório
Demonstrar o processo de gestão de usuários (criação, atribuição de perfis, alteração e inativação/exclusão)	Obrigatório
Demonstrar o funcionamento de autenticação multifator, ou alternativa que aumente a segurança no processo de autenticação dos usuários.	Obrigatório
Demonstrar o acesso ao sistema, com menu e funcionalidades gerais.	Obrigatório
Descrever e demonstrar o processo de anonimização das imagens de modo a não permitir qualquer associação direta ou indireta a pacientes, bem como a exclusão das imagens após o processamento.	Obrigatório
Descrever e demonstrar, através dos menus e funções, o envio de imagens, processamento (contorno) e comando ou botão para salvar/exportar a informação gerada, demonstrando também que o arquivo é salvo em formato DICOM	Obrigatório
Demonstrar na aplicação o processo de realização de cópias de segurança das informações geradas, em formato não proprietário, que permita portabilidade para outras aplicações.	Obrigatório
Demonstrar que a aplicação possui registro de log de acesso, alterações feitas pelo usuário etc.	Obrigatório
Apresentar a metodologia e o material didático a ser	

disponibilizado para o treinamento dos colaboradores que utilizarão o software.	Obrigatório
Apresentar informações gerais sobre o serviço de suporte técnico e apoio ao usuário, incluindo canais de atendimento e solução para registro de chamados.	Obrigatório

4.14.1. A Prova de Conceito (PoC) poderá ser realizada remotamente ou no Setor de Tecnologia da Informação e Saúde Digital (SETISD) do HC-UFU/HU Brasil situado na Av. Pará, nº 1720, bairro Umuarama, na cidade de Uberlândia/MG.

4.14.2. A Prova de Conceito (PoC) será conduzida pela equipe do Setor de Tecnologia da Informação e Saúde Digital (SETISD) e pela equipe da Unidade de Oncologia (UONC) do HC-UFU/HU Brasil e consistirá na aferição do atendimento às especificações/funcionalidades e requisitos obrigatórios e desejáveis, que serão avaliados na PoC, informados na tabela do item 4.14.

4.14.3. Visando comprovar o atendimento das especificações técnicas exigidas, a licitante ofertante do melhor lance na fase de classificação deverá realizar demonstração com os sistemas totalmente operacionais, do atendimento às especificações/funcionalidades e requisitos obrigatórios e desejáveis, informados na tabela do item 4.14.

4.14.4. A responsabilidade pela instalação, configuração e parametrização destes componentes é exclusiva da licitante ofertante.

4.14.5. A equipe do Setor de Tecnologia da Informação e Saúde Digital (SETISD) e a equipe da Unidade de Oncologia (UONC) do HC-UFU/HU Brasil poderão exigir a inclusão de testes específicos como forma de avaliar a solução completa para gerenciamento e controle do planejamento do tratamento radioterápico do paciente oncológico.

4.14.6. Será emitido um relatório sucinto com o resultado da Prova de Conceito (PoC), informando cada uma das especificações/funcionalidades e requisitos testados, se foi atendido ou não, além de eventuais observações cabíveis, bem como o resultado final indicando se o sistema está aprovado, reprovado ou aprovado, com ressalvas.

4.14.7. Cada item será avaliado e classificado dentre uma das seguintes opções:

- a) item totalmente atendido;
- b) item parcialmente atendido;
- c) item não atendido.

4.14.8. O resultado da avaliação da Prova de Conceito (PoC) será orientado pelos seguintes critérios objetivos:

- a) APROVADO: Quando a solução atender, concomitantemente, a todos os requisitos obrigatórios.
- b) APROVADO COM RESSALVAS: Quando a solução possuir todos os requisitos obrigatórios, mas apresentar falhas em algum desses requisitos durante a PoC e/ou atendimento parcial de um ou mais requisitos obrigatórios.
- c) REPROVADO: Se o percentual de atendimento for inferior ao estabelecido na alínea "a" e não estiver enquadrada em algumas das hipóteses da alínea "b", ambas desse item.

4.14.9. Caso o sistema seja APROVADO COM RESSALVAS, o licitante terá o prazo de **15 (quinze) dias úteis** para proceder aos ajustes necessários na solução e comprovar a correção das ressalvas, mediante apresentação de nova prova de conceito ou a realização de testes confirmatórios.

4.14.10. Caso as citadas ressalvas refiram-se a itens que não impliquem incerteza quanto à qualidade e funcionalidade do objeto, poderá ser concedida a prorrogação do prazo pela CONTRATANTE, por período não superior a **10 (dez) dias úteis**.

4.14.11. Caso a nova prova de conceito ou os testes confirmatórios apontem que a falha não foi devidamente corrigida ou que o atendimento dos requisitos e funcionalidades não pôde ser confirmado em sua íntegra, o licitante será considerado REPROVADO e desclassificado do processo licitatório.

4.14.12. Caso o sistema seja APROVADO, o licitante será declarado vencedor do processo licitatório.

4.14.13. O caso de REPROVADO da prova de conceito, a proposta da licitante será desclassificada, e será convocada a licitante que tiver apresentado o segundo melhor preço e assim sucessivamente, respeitada a ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao disposto neste instrumento.

4.14.14. A CONTRATANTE resguarda-se no direito de solicitar apoio técnico de profissional da licitante para a realização dos testes.

4.14.15. Todas as despesas decorrentes da participação ou acompanhamento da Prova de Conceito (PoC) serão de responsabilidade dos licitantes.

4.14.16. A licitante que tiver sua prova de conceito rejeitada não terá direito a qualquer indenização.

4.15. **Requisitos Temporais**

4.15.1. A entrega do software será em remessa única, via link de download do programa, mídia de instalação ou disponibilização do arquivo executável com as chaves de licenciamento, no prazo de **até 15 (quinze dias) úteis**, a partir do recebimento da ordem de fornecimento pela CONTRATADA, de acordo com o plano de implantação.

4.16. **Requisitos de Segurança e de Segurança da Informação**

4.17. A CONTRATADA deverá atender:

4.17.1. À Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

4.17.2. Ao Guia de Requisitos e de Obrigações quanto a Privacidade e à Segurança da Informação, Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI), disponível em <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/seguranca-e-protecao-de-dados/framework>.

4.17.3. À Política de Segurança da Informação (PSI) da HU Brasil, disponível em <https://www.gov.br/hubrasil/pt-br/governanca/governanca-de-tecnologia-da-informacao/normativos-relacionados-a-ti>.

4.18. Em razão do objeto contratado, a CONTRATADA realizará o tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis em nome da CONTRATANTE, nos termos do inciso VII, do artigo 5º e artigo 39, da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018.

4.19. A CONTRATADA deve cumprir as disposições da LGPD, bem como das políticas e normas internas da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares sobre o tema (disponíveis em www.hubrasil.gov.br), implementando medidas técnicas e organizacionais adequadas para assegurar a proteção dos direitos do titular dos dados pessoais.

4.20. O tratamento de dados pessoais pela CONTRATADA será limitado às atividades estritamente necessárias para o alcance das finalidades do objeto contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, ao exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

4.21. O tratamento de dados pessoais só poderá ser realizado pela CONTRATADA durante o prazo previsto para a execução do objeto contratado.

4.22. É vedado à CONTRATADA o compartilhamento dos dados pessoais com outras pessoas jurídicas ou físicas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou regulamentares necessárias para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual ou com a prévia autorização da CONTRATANTE.

4.23. Nas hipóteses de compartilhamento previstas no item anterior, a CONTRATADA assume toda a responsabilidade decorrente da operação realizada, especialmente no que diz respeito à observância da adequada proteção e resguardo aos direitos dos titulares originais.

4.24. **Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais**

4.25. Cabe à Contratada observar e adotar as previsões da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010 - SLTI/MPOG, quando couber, para fins de fornecimento do objeto da prestação.

4.26. Ainda, a Contratada deverá respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

4.27. Por mais, a Contratada deverá atender às diretrizes de sustentabilidade, conforme art. 4º do Decreto nº 7.746/2012, entre outras:

- a) Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- b) Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- c) Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- d) Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- e) Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- f) Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
- g) Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços.

5. **DA CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO ÚNICA DE TIC - (INCISO I, ARTIGO 3, IN 94/2022 - SGD/ME)**

5.1. O objeto deste processo forma um conjunto de serviços a serem contratados, de modo que configuram como uma única solução de Tecnologia da Informação e Comunicação. Logo, de modo a melhor aproveitar os recursos disponíveis do mercado, esta Equipe de Planejamento da Contratação avaliou e concluiu que há necessidade de somente um processo de licitação para a contratação dos itens em tela.

5.2. Isto posto, o presente Termo de Referência encontra-se em conformidade com o Artigo 3º, inciso I, da IN SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022.

6. **CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (INCISO XI, ARTIGO 12 C/C ARTIGO 23, IN 94/2022 - SGD/ME)**

6.1. **Critério de Julgamento**

6.1.1. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO**, observadas as exigências contidas neste Termo de Referência, no instrumento convocatório e seus anexos quanto às especificações do objeto.

6.2. **Intervalo entre Lances**

6.2.1. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,50% (cinquenta centésimos por cento)**.

6.3. **Condições de Participação**

6.3.1. Poderão participar desta licitação os interessados que atenderem às condições de participação previstas no item 3 do edital;

6.4. **Modo de Disputa**

6.4.1. Será adotado para o certame o modo de disputa **ABERTO**, observadas as especificações contidas no instrumento convocatório.

6.5. **Habilitação jurídica, Fiscal, Trabalhista e Econômica**

6.5.1. As exigências de habilitação jurídica, de regularidade fiscal, trabalhista e econômica são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

6.5.2. **Habilitação - Qualificação Técnica**

6.5.3. **Capacidade técnica operacional:**

6.5.4. Atestados ou declarações apresentadas pela empresa que comprovem aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto de que trata o processo dessa licitação.

6.5.5. Para verificação de capacidade técnica, a apresentação do atestado deverá ser referente à execução de **50% (cinquenta por cento)** do objeto, de forma a proceder em consonância com o disposto no Acórdão 2.696/2019: Primeira Câmara do relator: Bruno Dantas.

6.5.5.1. Considerando que o objeto são 2 (duas) licenças, a empresa deverá comprovar através do documento de capacidade técnica a execução de 1 (uma) licença.

6.5.6. O percentual exigido para o atestado de capacidade técnica justifica-se pelo fato de que o objetivo é de assegurar que a licitante possua experiência prévia compatível com a complexidade, escala e criticidade dos serviços a serem contratados. A contratação do software em questão para o HC-UFU/HU Brasil é essencial para o funcionamento adequado da área assistencial, sendo indispensável a continuidade do serviço prestado a população, sendo que o software para contorno automático de estruturas anatômicas é de grande importância pois garante consistência na delimitação dessas estruturas, reduzindo variações inter e intra-observador (entre diferentes médicos), além de ajudar a minimizar efeitos colaterais e maximizar a eficácia do tratamento, o que se traduz em:

- a) Maior controle tumoral;
- b) Menor toxicidade;
- c) Melhor qualidade de vida para o paciente;

6.5.7. Os atestados de capacidade técnica-operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

6.5.8. Comprovação de aptidão do desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, através da apresentação de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado (original ou cópia).

6.5.9. A comprovação de que já executou objeto compatível será mediante a comprovação de experiência mínima de **12 (doze) meses** na execução de objeto semelhante ao da contratação, podendo ser aceito o somatório de atestados.

6.5.10. O **prazo de 12 (doze) meses** de comprovação de experiência mínima exigida justifica-se pois o processo licitatório visa garantir que a empresa participante da licitação possua maturidade operacional, histórico de desempenho e conhecimento técnico acumulado suficientes para assegurar a adequada execução contratual. Trata-se da contratação de software destinado a um hospital de grande porte, cuja operação demanda altíssimo grau de continuidade, disponibilidade e suporte técnico. Nesse contexto, a interrupção ou falha na prestação do serviço pode comprometer o planejamento do tratamento radioterápico do paciente oncológico.

6.5.11. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017;

6.5.12. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação;

6.5.13. Toda a documentação apresentada pela licitante estará sujeita a diligências e/ou auditorias para comprovação da veracidade das informações prestadas.

6.5.14. Em respeito ao Acórdão nº 1621/201- Plenário e Acórdão nº 2031/2020 - Plenário do Tribunal de Contas da União, explica-se que a exigência do Atestado de Capacidade Técnica, versa a essencialidade de proteger, fundamentar e comprovar a qualificação técnica dos participantes da licitação no intuito de preservar ao máximo a competitividade do certame e impedir favoritismos ou direcionamentos, mas sem deixar de resguardar o interesse público da Administração ao contratar uma empresa que realmente demonstre ter todas as condições técnicas e operacionais para executar o contrato, nos padrões de qualidade exigidos.

6.5.15. A empresa disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, podendo ser exigida, nos casos de dúvida justificada por parte do agente de licitação, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

6.5.16. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

6.6. **Proposta de Preços**

6.6.1. Durante o pregão eletrônico, a Contratada deverá enviar sua proposta contendo as seguintes informações:

- a) Descrição Detalhada do item;
- b) Identificação do CATSER;
- c) Unidade de Medida;
- d) Quantidade Ofertada;
- e) Preços Unitários e Preços Totais;
- f) Marca, fabricante e rótulo, quando aplicável;
- g) Prazo de validade, quando aplicável;
- h) Registro na Anvisa conforme Habilitação - Qualificação Técnica, quando aplicável;
- i) Catálogo com imagem e descritivo do item ofertado, Folder, Rótulo ou Fotografia.

6.6.2. Para cada item, a quantidade ofertada deverá ser igual ao quantitativo apresentado no quadro do item 3.2;

6.6.3. Após a fase de lances, a licitante deverá encaminhar, no prazo fixado em edital, a contar da convocação do agente de licitação, no sistema Comprasnet:

6.6.4. Proposta de Preços com os valores atualizados em conformidade com os lances eventualmente ofertados;

6.6.5. Deverão constar na(s) proposta(s) os dados bancários das empresas como: conta corrente, agência, banco, cidade e os dados do representante legal da empresa, caso os mesmos ainda não tenham sido oportunamente informados a título de atualização/informação, junto ao Cadastro de fornecedores da HU Brasil. Na falta de tal informação, a Administração poderá solicitá-la em outro momento.

6.6.6. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.6.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao

7. REGIME DE EXECUÇÃO

7.1. Quanto ao regime de execução, em conformidade com o art. 8º do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh (RLCE 2.0), será adotada a contratação por preço global.

8. NECESSIDADE DE FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

8.1. O prazo de vigência do contrato é de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 5 (cinco) anos, a teor do que disciplina o art 71, caput, da Lei nº 13.303/2016 e art. 147, caput, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0.

8.2. Periodicamente, a cada 12 (doze) meses, sem necessidade de prorrogação formal, as partes poderão se reunir para negociar, obedecidos os limites legalmente admitidos, a manutenção ou extinção do contrato, sem qualquer repercussão negativa para a parte desistente.

8.3. A denúncia contratual, concedido um aviso prévio, possa ser realizada a qualquer tempo, desde que preservado um prazo inicial mínimo de 90 (noventa) dias, antes que se efetive a extinção do contrato.

8.4. Os contratos regidos pelo Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh 2.0 somente poderão ser prorrogados por acordo entre as partes, vedando-se ajuste que resulte em violação da obrigação de licitar por força do art. 150 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E GESTÃO DE PROCESSO

9.1. Modelo de Execução do Objeto

9.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

9.1.2. A execução dos serviços será iniciada 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, na forma que segue:

- a) A licença de uso do software deverá ser fornecido em caráter de licenciamento anual, sujeito à renovação;
- b) Software compatível com sistemas operacionais e equipamentos existentes;
- c) No momento da implantação a empresa deverá fazer um levantamento de requisitos junto às equipes do Setor de Cuidados Especializados (STESP) e o Setor de Tecnologia da Informação e Saúde Digital (SETISD);
- d) Configuração inicial do sistema;
- e) Testes de aderência funcional e validação com usuários-chave;
- f) Apresentação e testes de geração de cópia de segurança dos dados e disponibilização em formato que permita portabilidade, sem custo adicional;
- g) Capacitação de usuários finais (médicos, físicos, técnicos, administrativos);
- h) Deverá oferecer Manual do usuário e/ou material de apoio;
- i) Atendimento com o SLA definido conforme criticidade dos chamados, conforme o item 4.9 desse Termo de Referência;
- j) Compatibilidade com sistemas já utilizados pela instituição (PACS, RIS, HIS, Sistema de Telemedicina e Telessaúde - STT etc.);
- k) Apoio técnico para integração via APIs, HL7, DICOM, entre outros padrões, caso haja;

9.1.3. Recebimento e Aceitação do Objeto

9.1.4. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

9.1.5. Ao final de cada período mensal, **no prazo de até 5 (cinco) dias corridos** do adimplemento da parcela, a Contratada deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.

9.1.6. O recebimento provisório será realizado pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

9.1.7. A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arretratos, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

9.1.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

9.1.9. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à HU Brasil, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório, por força do art. 156 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh (RLCE 2.0).

9.1.10. No **prazo de até 5 (cinco) dias corridos** a partir do recebimento dos documentos da Contratada, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

9.1.11. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

9.1.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

9.1.13. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

9.1.14. No **prazo de até 5 (cinco) dias corridos** a partir do recebimento provisório dos serviços, o gestor do contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

9.1.15. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

9.1.16. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

9.1.17. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Níveis Mínimos de Serviços (NMS) ou instrumento substituto.

9.1.18. A emissão da nota fiscal/fatura deve ser efetivada pela Contratada somente após a comunicação da Contratante do recebimento definitivo do serviço executado.

9.1.19. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

9.1.20. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

9.2. Controle e Fiscalização da Execução

9.2.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consiste na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que será exercido por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos art. 161 a art. 167 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh (RLCE 2.0).

9.2.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

9.2.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

9.2.4. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

9.2.5. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

9.2.6. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente.

9.2.7. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

9.2.8. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Contratante com o objetivo de garantir a observância dos direitos e o cumprimento das obrigações pactuadas, bem como a obediência à legislação pertinente.

9.2.9. A Contratada deverá indicar preposto, aceito pela Contratante, para representá-la durante a execução do contrato.

9.2.10. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Níveis Mínimos de Serviços (NMS) ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:

9.2.11. não produzir os resultados, deixar de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

9.2.12. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.2.13. A utilização do Níveis Mínimos de Serviços (NMS) não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

9.2.14. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

9.2.15. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

9.2.16. Em hipótese alguma, será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

9.2.17. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

9.2.18. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

9.2.19. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

9.2.20. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

a) Verificação da conformidade da prestação dos serviços pelo fiscal do contrato;

b) O fiscal do contrato deverá promover o registro das ocorrências verificadas adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, utilizando o Níveis Mínimos de Serviços (NMS) que consta no item 10.2.8;

- c) Caso necessário, a contratante aplicará sanções administrativas previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente;
- d) O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;
- e) Após concordância e assinatura do Níveis Mínimos de Serviços (NMS) pelo preposto, o fiscal dará prosseguimento ao processo de pagamento do referido mês;

9.2.21. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

9.2.22. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1. Pagamento

10.1.1. O pagamento será realizado mensalmente pela Contratante à Contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura.

10.1.2. O valor do pagamento do serviço executado devido à Contratada será apurado mensalmente conforme especificado neste Termo de Referência, observando-se os resultados apurados pelo Níveis Mínimos de Serviços (NMS) ou instrumento equivalente.

10.1.3. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

10.1.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

10.1.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 10.1.5.1. data de emissão;
- 10.1.5.2. dados da Contratada, da Contratante e do contrato de prestação de serviço firmado;
- 10.1.5.3. descrição dos serviços contratados;
- 10.1.5.4. período de execução dos serviços;
- 10.1.5.5. valor dos serviços executados;
- 10.1.5.6. valores das contribuições e dos tributos devidos e eventuais destaques relacionados aos seus recolhimentos.

10.1.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

10.1.7. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso constate que a Contratada não cumpriu as disposições estabelecidas neste Termo de Referência durante a execução dos serviços.

10.1.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.1.9. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor ou empregado público da ativa da Contratante com fundamento no art. 18, inciso XI, da Lei nº 15.080/2024.

10.1.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho 1991, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES nº 5, de 2017.

10.1.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Contratante realizará consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada e identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público e a HU Brasil, bem como ocorrências impeditivas indiretas, consideradas as disposições dos artigos 29 a 31 da INSEGES nº 3, de 26 de abril de 2018, observadas as seguintes condições:

10.1.11.1. constatando-se situação de irregularidade, a Contratada será notificada, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, podendo este prazo ser prorrogado uma vez por igual período, a critério da Contratante;

10.1.11.2. não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante comunicará aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

10.1.11.3. persistindo a irregularidade, a Contratante adotará as medidas necessárias à rescisão do contrato em execução, assegurada à Contratada a ampla defesa;

10.1.11.4. havendo a efetiva prestação dos serviços, os pagamentos serão realizados normalmente até que se decida pela rescisão contratual, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF;

10.1.11.5. será rescindido o contrato em execução com a Contratada, salvo motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.

10.1.12. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IPCA/IBGE - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo de correção monetária. Para a realização do cálculo do IPCA pode ser utilizada a Calculadora do Cidadão do Banco Central (<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores>).

10.2. Níveis Mínimos de Serviços - (NMS)

10.2.1. A comunicação entre a Contratante e a Contratada será realizada: por meio eletrônico, via e-mail; por telefone e via correspondência.

- 10.2.2. Por meio deste título, serão especificados os critérios de avaliação da qualidade dos serviços, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.
- 10.2.3. Embora a aplicação de índices de desconto seja instrumento de gestão contratual, não configurando sanção, a Contratante poderá, pela qualidade insuficiente, aplicar as penalidades previstas em contrato.
- 10.2.4. Os Níveis Mínimos de Serviços (NMS) não são vistos como meros instrumentos para penalizar a Contratada, mas como forma de possibilitar a melhoria contínua dos serviços prestados.
- 10.2.5. Os resultados obtidos nos Níveis Mínimos de Serviços (NMS) servirão de fator redutor para o cálculo do valor a ser pago, mensalmente, do objeto da prestação, com base nas pontuações constantes dos relatórios.
- 10.2.5.1. Deverá ser efetuado, periodicamente, pela fiscalização, o controle da execução dos serviços de forma a gerar relatórios referentes aos meses que foram prestados os serviços.
- 10.2.6. Para o recebimento integral do valor contratado, a Contratada deverá cumprir com suas obrigações contratuais, em especial as dispostas nos indicadores de desempenho.
- 10.2.7. Os Níveis Mínimos de Serviços (NMS) serão implementados a partir da primeira medição da data de assinatura do contrato, cabendo ao Fiscal Técnico do contrato avaliar, periodicamente, a execução do objeto da contratação.
- 10.2.8. Durante a verificação da conformidade da prestação dos serviços, deverá ser aplicado os seguintes Níveis Mínimos de Serviços (NMS), com as seguintes regras e metodologias:

NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇOS (NMS)			
AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS			
PROCESSO Nº:			
VIGÊNCIA DO CONTRATO		TÉRMINO: __/__/__	
CONTRATO Nº: ____/XXXX			
OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso, implantação, suporte técnico e manutenção de software dedicado a Radioterapia como ferramenta de contorno automático de estruturas anatômicas nas imagens tomográficas e ressonâncias utilizadas no planejamento do tratamento radioterápico do paciente oncológico.			
CONTRATADA:			
SETOR:		FISCAL:	
Haverá, três indicadores de qualidade, ao qual cada um terá um peso, conforme abaixo demonstrado:Conforme (CF): Peso 2Parcialmente Conforme (PC): Peso 1Não Conforme (NC): Peso 0			
FISCALIZAÇÃO	SITUAÇÃO VERIFICADA		
INDICADOR: QUALIDADE DO SERVIÇO	CF	PC	NC
1. A CONTRATADA atende aos apontamentos relatados tempestivamente;			
2. A CONTRATADA mantém durante toda a vigência do contrato, a compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;			
3. A CONTRATADA emprega as técnicas e processos adequados na fabricação e/ou execução do serviço;			
4. Os itens que não estão de acordo com as exigências são refeitos/substituídos conforme estabelecido;			
5. A CONTRATADA garante a disponibilidade e continuidade do serviço;			
6. A CONTRATADA respeita o tempo médio de indisponibilidade do sistema, parcial ou total. O tempo			

médio a considerar é de 12 horas.			
7. A CONTRATADA entrega todas as funcionalidades do sistema exigidas no Termo de Referência vinculado ao contrato;			
8. A CONTRATADA respeita o SLA de acordo com o item 4.9 do Termo de Referência vinculado ao contrato;			
9. A CONTRATADA faz as atualizações necessárias para o perfeito funcionamento do sistema;			
10. A CONTRATADA faz as manutenções corretivas e evolutivas do sistema;			
11.A CONTRATADA faz as manutenções preventivas do sistema;			
12.O profissional designado como PREPOSTO demonstra capacidade gerencial, interpessoal, conhecimento do serviço a ser executado e das disposições do contrato, de forma a administrar a equipe disponibilizada pela CONTRATADA e fornecer informações com presteza à equipe de fiscalização contratual;			
13. A CONTRATADA responde os questionamentos dentro dos prazos estabelecidos;			
14. A capacitação oferecida pela CONTRATADA é suficiente para que os operadores manuseiem corretamente a ferramenta.			
15. As manutenções e atualizações da plataforma são realizadas em horários que não prejudicam a realização do serviço.			
16. A plataforma é capaz de se recuperar após uma falha, restabelecendo seus níveis de desempenho e recuperando os seus dados.			
17. A CONTRATADA cumpre as demais obrigações contratuais constantes do Termo de Referência vinculado ao contrato.			
TOTAL: INDICADOR			

CONSIDERAÇÕES E OPORTUNIDADES DE MELHORIAS		

PLANOS DE AÇÕES CORRETIVAS		
DESCRIÇÃO DO PLANO	DATA	RESPONSÁVEL
RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE QUALIDADE	Nº DE INDICADORES	ÍNDICE DE QUALIDADE

CF = Conforme (Peso 2)		0%
PC = Parcialmente conforme (Peso 1)		
NC = Não Conforme (Peso 0)		
DADOS DO REPRESENTANTE DA CONTRATADA:		
NOME: XXXXXXXXXXXXX		
CPF: ***.XXXXXX-**		
DATA: (conforme assinatura do documento)		
ASSINATURA:		
DADOS DO FISCAL E GESTOR DE CONTRATO		
GESTOR DO CONTRATO:		
SIAPE:		
DATA: (conforme assinatura do documento)		
ASSINATURA:		
FISCAL:		
SIAPE:		
DATA: (conforme assinatura do documento)		
ASSINATURA: (Assinatura Eletrônica)		
FISCAL:		
SIAPE:		
DATA: (conforme assinatura do documento)		
ASSINATURA:		

10.2.9. O cálculo dos Níveis Mínimos de Serviços (NMS) serão obtidos por meio da aplicação da tabela abaixo:

INDICADOR Nº 1 - QUALIDADE DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS	
Item	Descrição
1. Finalidade	Mensurar a adequação dos serviços prestados

Termo de Referência - TI - SEI 60125143SEI 23860.023609/2024-16 / pg. 15

2. Meta a cumprir	Prestação de todo serviço em conformidade
3. Instrumento de medição	Tabela consolidada de avaliação da qualidade
4. Forma de acompanhamento	Pela documentação comprobatória
5. Periodicidade	Mensalmente
6. Mecanismo de cálculo	<p>ÍNDICE DE QUALIDADE = (nº de itens Conforme * 2 + nº de itens Parcialmente Conforme * 1 + nº de itens Não Conforme * 0) / nº total de itens *2</p> <p>Exemplo: Em um cenário em que há 12 serviços a serem avaliados, onde há 11 serviços Conformes, 1 serviço parcialmente conforme e 0 serviços não conformes, aplicará a seguinte fórmula.</p> $(11 * 2 + 1 * 1 + 0 * 0) / 12 * 2 = 0,9583$ <p>A partir da obtenção do valor, aplicará as faixas de pagamento dispostas no item 8 desta tabela.</p>
7. Início da vigência	Data da assinatura do contrato
8. Faixas de ajuste no pagamento	<p>0 até 0,69: 95% do valor contratado + multa disposta no Termo de Referência + avaliação de cancelamento do contrato</p> <p>0,70 até 0,79: 96% do valor contratado + multa disposta no Termo de Referência</p> <p>0,80 até 0,84: 97% do valor contratado</p> <p>0,85 até 0,89: 98% do valor contratado</p> <p>0,90 até 0,94: 99% do valor contratado</p> <p>0,95 até 1: 100% do valor contratado</p>
9. Observações	<p>As faixas de ajuste no pagamento indicam a realização de glosa diretamente na Nota Fiscal/Fatura, não sendo necessária a abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual para efetuar esse desconto.</p> <p>Apresentado justificativa pela empresa contratada e aceitos pela Equipe de Fiscalização do Contrato não serão contabilizados nos Níveis Mínimos de Serviços (NMS), ou seja, não serão objeto de ajuste no pagamento para a realização de glosa.</p> <p>De acordo com a Norma ABNT 5891:2014, aplica-se as seguintes regras de arredondamento na numeração decimal:</p> <p>I - Regra 1: Quando o algarismo a ser conservado for seguido de algarismo inferior a 5, permanece o algarismo a ser conservado e retiram-se os posteriores.Exemplo: 1,333 3 arredondado à primeira decimal torna-se 1,3.</p> <p>II - Regra 2: Quando o algarismo a ser conservado for seguido de algarismo superior a 5, ou igual a 5 seguido de no mínimo um algarismo diferente de zero, soma-se uma unidade ao algarismo a ser conservado e retiram-se os posteriores.Exemplo: 1,666 6 arredondado à primeira decimal torna-se 1,7;Exemplo: 4,850 5 arredondado à primeira decimal torna-se 4,9.</p> <p>III - Regra 3: Quando o algarismo a ser conservado for ímpar, seguido de 5 e posteriormente de zeros, soma-se uma unidade ao algarismo a ser conservado e retiram-se os posteriores.Exemplo: 4,550 0 arredondado à primeira decimal torna-se 4,6.</p> <p>IV - Regra 4: Quando o algarismo a ser conservado for par, seguido de 5 e posteriormente de zeros, permanece o algarismo a ser conservado e retiram-se os posteriores.</p> <p>V - Exemplo: 4,850 0 arredondado à primeira decimal torna-se 4,8.</p>

- 10.2.10.
O resultado da avaliação de qualidade e atendimento contratual sempre será acompanhado de considerações e sugestão de plano de ações corretivas pela fiscalização do contrato visando orientar a Contratada para a melhoria contínua.
- 10.2.11.
A análise dos resultados destas avaliações pela Contratante poderá resultar em penalidades, conforme prevê o Processo de Aferição, caso a Contratada não cumpra com os seus compromissos de apresentação, pontualidade, disponibilidade e de prestação do objeto contratual, conforme estabelecido pelos indicadores.
- 10.2.12.
Os Níveis Mínimos de Serviços (NMS) serão implementados a partir da primeira medição da data de assinatura do contrato, cabendo ao Fiscal Técnico avaliar periodicamente a execução do objeto da prestação.
- 10.2.13.
Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

10.2.13.1.
não produziu os resultados acordados;

10.2.13.2.
deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

10.2.13.3.
deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 10.2.14.
Os Níveis Mínimos de Serviços (NMS) poderão ser revistos, durante a vigência contratual, para ajuste fino, desde que essa alteração:

- 10.2.14.1. não implique acréscimo ou redução do valor contratual além dos limites de 25% (vinte e cinco por cento), permitidos pelo art. 177 do RLCE 2.0;
- 10.2.14.2. não configure descaracterização do objeto contratado.

11. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. A forma de seleção do fornecedor se dará por meio de processo licitatório, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, de acordo com inciso IV, art. 4º do RLCE 2.0

12. INDICAÇÃO DO SIGILO DO ORÇAMENTO OU A ESTIMATIVA DETALHADA DOS PREÇOS REFERENCIAIS (INCISO VIII, ARTIGO 12 C/C ARTIGO 20, IN 94/2022 - SGD/ME)

12.1. O valor estimado do procedimento licitatório será sigiloso, nos termos do Art. 34 da LEI N.º 13.303/2016 e do Art. 7º do RLCE 2.0, ao qual foi aberto processo de precificação 23860.010119/2025-22.

13. DEFINIÇÃO DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES (INCISO VI, ARTIGO 12 C/C ARTIGO 17, IN 94/2022 - SGD/ME)

13.1. Das Obrigações da Contratante

13.1.1. Nos termos do art. 17, I, da Instrução Normativa SGD/ME n.º 94/2022 a Contratante deve:

13.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

13.1.3. Promover o acompanhamento e a fiscalização da entrega do objeto, por empregado público especialmente designado pela unidade CONTRATANTE, sob os aspectos quantitativo e qualitativo.

13.1.4. Rejeitar o objeto que não atende aos requisitos exigidos nas especificações constantes deste Termo de Referência.

13.1.5. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13.1.6. Comunicar imediatamente à CONTRATADA as irregularidades manifestadas na entrega do objeto.

13.1.7. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante ou preposto da CONTRATADA.

13.1.8. Efetuar o pagamento da nota fiscal/fatura da Contratada, nos termos e prazos pactuados.

13.1.9. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

13.1.10. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

a) exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

b) direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

c) considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

13.1.10.1. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto da Ata;

13.1.11. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

13.1.12. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, Atas e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

13.1.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13.1.13.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

13.1.13.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

13.1.13.3. receber o objeto fornecido pela Contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

13.1.13.4. aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

13.1.13.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à Contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

13.1.13.6. comunicar à Contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

13.1.13.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da Contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

13.1.13.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

13.1.13.9. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta para fins de aceitação e recebimento definitivo;

13.1.13.10. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

13.2. **Das Obrigações da Contratada**

- 13.2.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.
- 13.2.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal na qual constarão as indicações referentes a: descrição do objeto, marca/modelo, unidade de medida, quantidade do item, valor unitário e total do item e prazo de garantia ou validade;
- 13.2.3. Responsabilizar-se pela assistência técnica do objeto e sua manutenção gratuita durante o período de garantia;
- 13.2.4. Fornecer juntamente com a entrega do objeto toda a sua documentação fiscal e técnica e seu respectivo termo de garantia;
- 13.2.5. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 13.2.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/ 1990), bem como por todo e qualquer dano causado a terceiros ou à HU Brasil, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Contratante, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 13.2.7. A responsabilidade de que trata o subitem anterior inclui a reparação por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo, em qualquer caso, a Contratada ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade.
- 13.2.8. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 13.2.9. Prestar esclarecimentos à CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação;
- 13.2.10. Substituir de forma automática o produto recusado pela CONTRATANTE, que o avaliará segundo as exigências do contrato ou instrumento equivalente e demais condições do processo, ou complementar os quantitativos faltantes, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir da data do recebimento da notificação, correndo por sua conta e risco as despesas totais decorrentes da devolução dos lotes recusados;
- 13.2.11. Responder quaisquer comunicações oficiais encaminhadas pela CONTRATANTE em até 02 (dois) dias úteis, quando do seu recebimento;
- 13.2.12. Fornecer à CONTRATANTE as formas de contato como e-mails, telefones fixos e celulares da CONTRATADA, mantendo-os atualizados;
- 13.2.13. Responsabilizar-se por todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do fornecimento dos produtos, inclusive os custos relativos aos serviços de garantia e de suporte técnico que devem estar incluídos no preço dos próprios itens, sem qualquer ônus adicional à CONTRATANTE.
- 13.2.14. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor e com as exigências de qualificação técnica constante neste Termo de Referência;
- 13.2.15. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.
- 13.2.16. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 13.2.17. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.
- 13.2.18. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 13.2.19. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto.
- 13.2.20. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 13.2.21. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 13.2.22. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 13.2.23. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 13.2.24. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 13.2.25. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 13.2.26. Manter, durante toda a vigência do Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e

qualificação exigidas na licitação;

- 13.2.27. Manter, durante toda a vigência do Contrato, a regularidade da empresa junto ao Cadin (Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal). Conforme art. 20 da Lei n.º 14.973/2024 e art. 6º da Lei 10.522/2002, a existência de registro no Cadin, constitui fator impeditivo para: (i) realização de operações de crédito que envolvam a utilização de recursos públicos, (ii) concessão de incentivos fiscais e financeiros, (iii) celebração de convênios, acordos, ajustes ou contratos que envolvam desembolso, a qualquer título, de recursos públicos, e respectivos aditamentos;
- 13.2.28. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do objeto da prestação.
- 13.2.29. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.
- 13.2.30. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.
- 13.2.31. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- 13.2.32. Fornecer chachá de identificação para todos os colaboradores alocados na execução do contrato, conforme especificado nesse Termo de Referência, sempre que aplicável;
- 13.2.33. Assegurar à Contratante, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 13.2.33.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 13.2.33.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 13.2.34. Nos casos em que o prestador de serviço produza algum tipo de material fora do local de prestação do serviço e esse material seja utilizado na prestação do serviço ou no caso em que há o fornecimento de peças e partes a serem empregadas na prestação do serviço, as empresas contratadas devem atentar-se ao teor da legislação tributária vigente, em específico à Lei Complementar nº 116/2003, no momento do faturamento da prestação de serviços com a emissão de notas fiscais distintas, observando a incidência de ISS ou ICMS.
- 13.2.35. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato, sem prévia e expressa anuência da Contratante.
- 13.2.36. Arcar com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do cumprimento do contrato.
- 13.2.37. Nos termos do art. 17, II, da Instrução Normativa SGD/ME n.º 94/2022 a Contratada deve:
- 13.2.37.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 13.2.37.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 13.2.37.3. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 13.2.37.4. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 13.2.37.5. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 13.2.37.6. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 13.2.37.7. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- 13.2.37.8. cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

14. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 14.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a HU Brasil poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:
- 14.1.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o objeto contratado;
- 14.1.2. **Multa de:**
- 14.1.2.1. 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor anual contratado em caso de atraso na execução do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 14.1.2.2. 3% (três por cento) sobre o valor anual contratado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 14.1.2.3. 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 14.1.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do objeto da aquisição, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
- 14.1.2.5. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 14.1.3. **Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a HU Brasil**, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

- 14.1.4. A sanção prevista no subitem 14.1.1 poderá ser aplicada à Contratada juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 14.1.5. A sanção prevista no subitem 14.1.3 poderá ser aplicada à Contratada juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 14.1.6. Considerando o princípio da razoabilidade, as sanções de advertência e suspensão não podem ser aplicadas concomitantemente.
- 14.2. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% sobre o valor empenhado do item
2	0,4% sobre o valor empenhado do item
3	0,8% sobre o valor empenhado do item
4	1,6% sobre o valor empenhado do item
5	3,2% sobre o valor empenhado do item

Tabela 2

INFRAÇÃO			
ITEM	DESCRIÇÃO	MODO	GRAU
1	Deixar de indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, caso aplicável	Por ocorrência	1
2	Deixar de fornecer chachá de identificação para todos os colaboradores alocados na execução do contrato, conforme especificado no Termo de Referência	Por ocorrência	4
3	Possuir administrador ou sócio que seja integrante de órgão estatutário, empregado, servidor cedido ou em exercício na HU Brasil.	Por ocorrência	5
4	Deixar de prestar esclarecimentos, quando solicitados	Por ocorrência	1
5	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência, Ata ou Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas	Por ocorrência	2
6	Deixar de entregar as licenças no prazo fixado no Termo de Referência e seus Anexos, limitados a incidência de 15 dias a parte ordem de fornecimento	Por dia	3
7	Deixar de entregar as licenças no prazo fixado no Termo de Referência e seus Anexos em prazo superior a 15 dias corridos a parte ordem de fornecimento	Por ocorrência	5
8	Deixar de realizar as manutenções preventivas e corretivas na periodicidade adequada	Por ocorrência	3
9	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais	Por dia	3
10	Deixar de cumprir o prazo do atendimento técnico ou não prestá-lo em acordo neste Termo de Referência e anexos	Por ocorrência	4
11	Deixar de manter documentos de habilitação exigidos neste documento, anexos ou por legislação específica	Por ocorrência	4
12	Deixar de entregar documentos de qualificação técnica exigidos neste documento, anexos ou por legislação específica	Por ocorrência	4
13	Deixar de fornecer número de protocolo rastreável para acompanhamento do atendimento, quando da abertura do chamado, caso aplicável	Por ocorrência	4
14	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais	Por ocorrência	5
15	Não manter em conformidade os documentos de habilitação exigidos neste documento e anexos	Por ocorrência	2

- 14.2.1. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:
- 14.2.2. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 14.2.3. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 14.2.4. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a HU Brasil em virtude de atos ilícitos praticados;
- 14.2.5. convocado dentro do prazo de validade da sua proposta ou da vigência da ata de registro de preços, não celebrar o contrato;
- 14.2.6. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 14.2.7. apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- 14.2.8. ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- 14.2.9. não mantiver a proposta;

- 14.2.10. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 14.2.11. comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.
- 14.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no RLCE 2.0 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/1999, não podendo o prazo concedido para apresentação de defesa prévia ser inferior a 10 (dez) dias úteis.
- 14.4. As multas devidas e/ou prejuízos causados à contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da HU Brasil, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão cobrados judicialmente.
- 14.4.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias), a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 14.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à HU Brasil, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.
- 14.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 14.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 14.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 14.9. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela HU Brasil deverão ser registradas e publicadas no SICAF. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, de que trata a Lei nº 12.846/2013.

15. GARANTIA DA EXECUÇÃO (DO CONTRATO)

- 15.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, considerando o baixo risco apontado nos estudos preliminares e na análise de riscos feita para a contratação.
- 15.2. Ademais, foram previstas ações preventivas e de contingência na Análise de Riscos (**56803096**) em fase de execução da ata de registro de preços, ficando dispensada a requisição de garantia da execução.

16. GARANTIA CONTRATUAL DOS SERVIÇOS

- 16.1. Não será exigida garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal.

17. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, SOCIAL E ECONÔMICA

- 17.1. A contratação está alinhada à Política Ambiental da HU Brasil, aprovada pela Resolução-SEI n.º 196, de 16 de dezembro de 2022, e publicada no Boletim de Serviço da Sede n.º 1456, de 16 de dezembro de 2022, que prevê entre os seus objetivos "incentivar e promover ostensivamente a inclusão de critérios e práticas de sustentabilidade ambiental e social aplicáveis nos processos de contratação para aquisição de bens e serviços, de modo claro e objetivo", e contempla critérios e práticas de sustentabilidade ambiental, social e econômica, observando para cada tipo de objeto, as normas previstas no art. 5º do RLCE 2.0:

Art. 5º As contratações devem observar, no que couber para cada tipo de objeto, as normas relativas à:

- I - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados;
- II - mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;
- III - utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais;
- IV - avaliação de impactos de vizinhança, observada a legislação urbanística;
- V - proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado por investimentos realizados pela HU Brasil;
- VI - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;
- VII - vigilância sanitária, proteção radiológica e demais normas técnicas relacionadas à garantia de qualidade e de disponibilidade sobre infraestrutura, equipamentos e suprimentos.

Parágrafo único. A contratação da qual decorra impacto negativo sobre bens do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial tombados dependerá de prévia autorização da esfera de governo encarregada da proteção do respectivo patrimônio, devendo o impacto ser compensado por meio de medidas determinadas pela Diretoria Executiva, na forma da legislação aplicável.

- 17.2. Além disso, devem ser adotados os seguintes atos de logística sustentável, previstos no art. 202 do RLCE 2.0:

Art. 202. As unidades da HU Brasil devem adotar os seguintes atos de logística sustentável com reflexo em seus procedimentos de contratação:

- I - adotar práticas de racionalização com o objetivo de melhoria da qualidade do gasto público e contínua busca por economicidade e primazia na gestão dos processos;
- II - adotar práticas de sustentabilidade com o objetivo de construir um novo modelo de cultura institucional visando à inserção de critérios de sustentabilidade nas atividades e contratações da unidade;
- III - coordenar o fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, considerando a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado;
- IV - implementar estratégias que garantam a padronização dos processos de trabalho, como a implantação de protocolos assistenciais, procedimentos operacionais padrão e fluxos padronizados, visando à redução de custos e o desenvolvimento das dimensões da qualidade;
- V - elaborar Plano de Gestão de Logística Sustentável - PLS no âmbito da unidade, instruindo o designando Comitê Gestor

17.3. A Política de Compras da Rede HU Brasil (2ª versão) também estimula a realização de compras sustentáveis, conforme os critérios de sustentabilidade ambiental e responsabilidade social apresentados no art. 17:

Art. 17. As compras em Rede deverão observar critérios de sustentabilidade ambiental e responsabilidade social por meio dos seguintes aspectos:

I - uso racional de insumos através da padronização de produtos e bens que apresentam melhor custo benefício e responsabilidade ambiental;

II - análise do ciclo de vida do objeto (produção, distribuição, uso e disposição) para determinar a vantajosidade da contratação;

III - priorizar, sempre que possível, contratações que fortaleçam o desenvolvimento regional e local e que promovam a inclusão social; e

IV - buscar produtos e serviços que agreguem eficiência e uso racional no consumo de bens com baixo impacto sobre os recursos naturais, como fontes de energia, água e resíduos.

17.4. No que tange às práticas de sustentabilidade, o art. 7º, inciso XI, da Lei n.º 12.305/2010, estabelece que nas aquisições e contratações governamentais deve ser dada prioridade aos produtos reciclados e recicláveis, bem como devem ser utilizados critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

17.5. Cumpre destacar, quanto aos critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de serviços, as previsões constantes na Instrução Normativa do Secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG) n.º 01/2010:

Art. 6º Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

I - use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II - adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III - Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV - forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

VI - realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII - respeite as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

VIII - preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não impede que os órgãos ou entidades contratantes estabeleçam, nos editais e contratos, a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental, desde que justificadamente.

17.6. Ademais, adotará as práticas de sustentabilidade ambiental, de acordo com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União e o Painel da Parte Específica do referido guia.

17.7. Por mais, para a presente contratação, vislumbra-se que há observância dos critérios de sustentabilidade social e econômica. A social se revela com a adoção de práticas que garantem equidade, inclusão e melhoria na qualidade de vida da sociedade por meio da oferta e acesso dignos a serviços de saúde. No presente caso, esta contratação resguarda os direitos sociais dos usuários do SUS, tendo em vista garantir a contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso, implantação, suporte técnico e manutenção de software dedicado a Radioterapia como ferramenta de contorno automático de estruturas anatômicas nas imagens tomográficas e ressonâncias utilizadas no planejamento do tratamento radioterápico do paciente oncológico.

17.8. Por fim, quanto a sustentabilidade econômica, observa-se que esta é adotada nesta contratação, pois observa-se uma gestão eficiente com os recursos econômicos os direcionando para um desenvolvimento intersetorial equilibrado sob um enfoque consciente e responsável para atender às necessidades da sociedade.

18. CRITÉRIOS E ÍNDICES DE REAJUSTES

18.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18.2. Os preços iniciais podem ser reajustados, mediante a aplicação, pela Contratante, do Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após o interregno mínimo de um ano da data limite para apresentação da proposta.

18.3. Deverá haver consulta formal à Contratada quanto a possível renúncia ao direito ao reajuste a cada anualidade ou redução do percentual aplicável.

18.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos do reajuste anterior.

18.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

18.6. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente sempre que este ocorrer.

18.7. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.8. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.10. O reajuste será realizado por apostilamento.

19. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (INCISO IX, ARTIGO 12 C/C ARTIGO 21, IN 94/2022 - SGD/ME)

19.1. A presente contratação encontra-se devidamente prevista no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) e está alinhada ao planejamento estratégico institucional, observadas as disposições da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022.

19.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia - HC-UFU/HU Brasil, na respectiva ação orçamentária destinada à manutenção e desenvolvimento das atividades de Tecnologia da Informação e Comunicação, observada a disponibilidade orçamentária e financeira no exercício correspondente.

19.3. A adequação orçamentária foi previamente analisada pela área competente, que atestou a existência de dotação suficiente para suportar a despesa estimada, em conformidade com as normas de responsabilidade fiscal e com o Regulamento de Licitações e Contratos da HU Brasil.

19.4. O cronograma físico-financeiro da contratação observará a vigência contratual de 12 (doze) meses, no modelo de subscrição anual, e seguirá a seguinte previsão:

I - Fase de Implantação:

- a) Emissão da Ordem de Fornecimento;
- b) Disponibilização das licenças e chaves de ativação;
- c) Instalação, configuração e validação da solução;
- d) Realização do treinamento dos usuários;

II - Fase de Execução Continuada:

- a) Disponibilização contínua das licenças contratadas;
- b) Prestação de suporte técnico e manutenção evolutiva e corretiva;
- c) Monitoramento dos níveis de serviço (SLA);

19.5. O desembolso financeiro ocorrerá conforme a modalidade de remuneração por subscrição anual, mediante pagamento após o recebimento definitivo das licenças e/ou da respectiva disponibilização do direito de uso, observado o ateste da fiscalização contratual quanto à conformidade da execução.

19.6. Os pagamentos subsequentes, quando aplicáveis, estarão condicionados à comprovação da manutenção das condições contratuais, ao cumprimento dos níveis mínimos de serviço estabelecidos e à regularidade fiscal da CONTRATADA.

19.7. O detalhamento do cronograma físico-financeiro poderá ser ajustado no Plano de Implantação, a ser aprovado pela fiscalização do contrato, desde que não implique alteração do valor global contratado nem descumprimento das normas orçamentárias vigentes.

20. DA SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIO (§ 2º, INCISO II, ARTIGO 12, IN 94/2022 - SGD/ME)

20.1. Da Subcontratação

20.1.1. Não será permitida a subcontratação do objeto por se entender que existem empresas no mercado que conseguem atender em sua integralidade o objeto da contratação de forma plena e sem a necessidade de buscar com terceiros serviços ou bens acessórios para conseguir cumprir na integralidade as obrigações contratuais.

20.2. Do consórcio

20.2.1. Não será aceito o consórcio, tendo em vista que o consórcio somente se demonstra adequado quando não há empresas isoladas capazes de atender as exigências editalícias. Isto pois, as coligações despersonalizadas ocorrem quando cada consorciado, por razão técnica ou econômica, não detém capacidade individual de fornecer o objeto licitado.

20.2.2. A participação ou vedação de consórcio é resultado de um processo de avaliação do levantamento da realidade do mercado em face do objeto a ser licitado. No presente caso, a equipe de planejamento visualizou que há diversas empresas singulares capazes de atender o edital, portanto, possibilitar a participação de empresas consorciadas acarretaria na diminuição da competitividade e impossibilitaria na contratação de proposta mais vantajosa possível para a Administração Pública.

21. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

21.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

22. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

22.1. No tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida entre as partes, a CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem, conforme a Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), ao seguinte:

22.1.1. adotar medidas para conformidade de suas operações ao cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais e das orientações emanadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

22.1.2. assegurar que o tratamento de dados pessoais será limitado ao mínimo necessário para o alcance da(s) finalidade(s) proposta(s);

22.1.3. manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem;

22.1.4. adotar medidas de segurança, técnicas, administrativas e organizacionais, adequadas para assegurar a proteção dos direitos dos titulares de dados pessoais;

22.1.5. cooperar entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares de dados pessoais previstos na legislação em vigor;

22.1.6. orientar seus colaboradores, contratados ou prepostos sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, bem como a não divulgar indevidamente informações que envolvam dados pessoais a que tenham acesso;

22.1.7. comunicar à outra parte, por escrito, em prazo razoável, qualquer incidente de segurança que envolva dados pessoais a que tenha acesso, tais como acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, com as informações previstas no § 1º do art. 48 da LGPD.

22.2. Especificamente a CONTRATADA se compromete ao seguinte:

22.2.1. cientificar-se da Política de Proteção de Dados Pessoais da CONTRATANTE;

22.2.2. apresentar todos os dados e informações solicitados pela CONTRATANTE em relação ao tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida com a CONTRATANTE e/ou adotar as providências lícitas por ela indicadas;

22.2.3. não subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais, salvo com prévia autorização por escrito da CONTRATANTE e, nessa hipótese, exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, permanecendo integralmente responsável por garantir a sua observância;

22.2.4. quando verificada qualquer das hipóteses de término do tratamento de dados pessoais previstas no art. 15 da LGPD, interromper o tratamento e eliminar completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), autorizada a conservação para as finalidades estabelecidas no art. 16 da LGPD.

23. **DISPOSIÇÕES GERAIS**

23.1. O presente Termo de Referência foi elaborado pela Equipe de Planejamento da Contratação, estando em consonância com as disposições legais e normas aplicáveis, com o interesse e a conveniência da Administração Pública, bem como integra o processo administrativo.

23.2. Os seguintes anexos integram este Termo de Referência:

- I - Anexo I - Declaração de Realização de Vistoria (**59663034**);
- II - Anexo II - Declaração de Dispensa de Realização Vistoria (**59663101**);
- III - Anexo III - Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo (**56876913**);
- IV - Anexo IV - Termo de Ciência e Responsabilidade (**59663173**);
- V - Termo de Recebimento Provisório (**56803059**);
- VI - Termo de Recebimento Definitivo (**56803082**);

23.3. O presente documento segue assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação, pela autoridade da Área Requisitante e pela autoridade responsável pela aprovação da conveniência e oportunidade.

Equipe de Planejamento da Contratação:

(assinado eletronicamente)
THALMA DE OLIVEIRA
Assistente Administrativo
Setor de Tecnologia da Informação e Saúde Digital
Coordenador da Equipe de Planejamento
Portaria - SEI nº 504, de 03 de outubro de 2025

(assinado eletronicamente)
ROSEANE ELOISA MAXIMO
Chefe da Unidade de Oncologia
Unidade de Oncologia
Integrante Técnico
Portaria - SEI nº 504, de 03 de outubro de 2025

(assinado eletronicamente)
IANDRA THIARA DA SILVA
Física Médica
Unidade de Oncologia
Integrante Técnico
Portaria - SEI nº 504, de 03 de outubro de 2025

(assinado eletronicamente)
MARCELA COGO MUNIZ CASTRO
Física Médica
Unidade de Oncologia
Integrante Técnico Suporte
Portaria - SEI nº 504, de 03 de outubro de 2025

(assinado eletronicamente)
RAFAEL RODRIGUES FEITOSA
Analista de Tecnologia da Informação
Unidade de Sistemas de Informação e Inteligência de Dados
Integrante Técnico
Portaria - SEI nº 504, de 03 de outubro de 2025

(assinado eletronicamente)
EMMANUEL VICTOR ALMEIDA FREITAS
Assistente Administrativo
Unidade de Planejamento de Compras
Integrante Administrativo

1. De acordo.
2. À Superintendência

(assinado eletronicamente)

MARCOS ALEXANDRE LEMOS RODRIGUES
Setor de Tecnologia da Informação e Saúde Digital
Portaria-SEI nº 489, de 26 de maio de 2020

1. De acordo.
2. Diante da necessidade exposta no Estudo Técnico Preliminar e da manifestação da área técnica, corroboro a avaliação de que a **contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso, implantação, suporte técnico e manutenção de software dedicado a Radioterapia**, inclusive quanto a forma de seleção de fornecedor, representa a alternativa mais factível para suprir à realidade de demandas e as necessidades do HC-UFU/HU Brasil;
3. Sendo assim, aprovo o Termo de Referência conforme seus próprios fundamentos;
4. Encaminhe-se à Unidade de Licitações para continuidade da instrução processual.

(assinado eletronicamente)

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Superintendente do HC-UFU/HU Brasil
Portaria - SEI nº 82, de 06 de fevereiro de 2025



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Rodrigues Feitosa, Analista de Tecnologia da Informação**, em 22/04/2026, às 14:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcella Cogo Muniz Castro, Físico(a)**, em 22/04/2026, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Alexandre Lemos Rodrigues, Chefe de Setor**, em 22/04/2026, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roseane Eloiza Maximo Silva, Médico(a)**, em 22/04/2026, às 16:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Iandra Thiara Da Silva, Físico(a)**, em 23/04/2026, às 15:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Emmanuel Victor Almeida Freitas, Assistente Administrativo**, em 23/04/2026, às 15:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andre Luiz de Oliveira, Superintendente**, em 24/04/2026, às 16:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **60125143** e o código CRC **2AB812C4**.

Referência: Processo nº 23860.023609/2024-16 SEI nº 60125143